

Superávit primário ultrapassa a meta

Até outubro, resultado do governo central fica em R\$ 51 bi (3,66% do PIB), acima do alvo de R\$ 45,4 bi para o ano

CONTAS PÚBLICAS

Adriana Chiarini
RIO

O superávit primário do governo central (receitas menos despesas sem contar os gastos com juros) até outubro ficou em R\$ 51 bilhões (3,66% do PIB), acima da meta de R\$ 45,4 bilhões para o ano. Incluindo Estados, municípios e estaduais, a meta de superávit é de R\$ 76 bilhões (4,5% do PIB). O secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, afirmou que o resultado “é compatível” com a meta porque em dezembro geralmente há mais despesas que receitas. Em dezembro de 2003, por exemplo, o déficit foi de R\$ 7,5 bilhões.

Em outubro, o superávit primário do governo foi de R\$ 4,756 bilhões em outubro. O Tesouro teve superávit primário de R\$ 7,331 bilhões no mês passado; a Previdência teve déficit de R\$ 2,555 bilhões e o Banco Central, também déficit de R\$ 20 milhões.

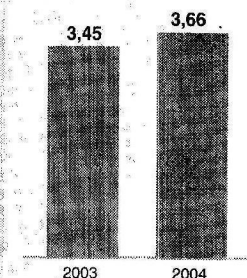
Levy disse não estar “familiarizado com nenhum plano” de aumentar, para 2005, o superávit primário como forma de evitar um eventual aumento da dívida pública que seria causado pela alta da taxa Selic que vem ocorrendo nos últimos meses. “Não há esse efeito direto”, disse. “O aumento dos juros é uma coisa transitória. A gente não deve confundir uma ação de políti-

CAIXA EQUILIBRADO

Evolução das contas do governo central

Resultado primário no ano

Até outubro, % do PIB



*Receita menos despesas, sem a inclusão dos juros

Resultados

	MENSAL		NO ANO	
	Setembro 2004	Outubro 2004	Até outubro 2003	Até outubro 2004
• Governo Central	4.790,0	4.755,7	42.885,1	51.011,5
• Tesouro Nacional	7.350,4	7.331,1	62.005,3	73.431,5
• Previdência Social	-2.550,5	-2.555,3	-18.927,8	-22.251,7
• Banco Central	-10,0	-20,1	-192,3	-171,3

Fonte: Tesouro Nacional

ca monetária de curto prazo com uma tendência”, completou o secretário.

De acordo com Levy, o Brasil vai continuar fazendo reformas institucionais sobre a economia e por isso a tendência é de redução das taxas de juros reais (descontada a inflação). “O trabalho todo do governo tem sido no sentido de levar a taxa de juros menores daqui para a frente. Acho que em 2005, a gente vai estar vendo isso acontecer. Tenho uma certa convicção, por tudo o que temos feito”.

Segundo ele, a meta para inflação este ano vai ser cumprida, dentro da banda de variação, o que não ocorreu nem em 2001, nem em 2002 e só ocorreu em 2003 porque a meta foi modificada no início do ano. Para Levy,

isso é um bom “augúrio”, indicando que a meta deve ser atingida também em 2005.

Ele repetiu, de forma velada, as críticas feitas pelo presidente do BC, Henrique Meirelles, aos créditos direcionados com taxas de juros mais baixas que as de mercado, ao afirmar que “a Selic sobe tanto porque se aplica a um volume pequeno da economia”.

Levy atacou a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), usada para financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). De acordo com o secretário, a TJLP não afeta investimentos novos, mas sim o fluxo de caixa de empresas que já tomaram financiamentos por ela.

Levy também chamou atenção para o déficit da Previdência

Social (ver reportagem ao lado). Embora tenha sido o mesmo de setembro, o resultado mostrou aumento das despesas da Previdência de 0,33% do PIB. “Isso equivale a um aumento real este ano entre R\$ 5 bilhões e R\$ 6 bilhões, além da inflação que o governo está pagando de Previdência, que não foi acompanhada pelo aumento das receitas”. Segundo ele, a “a Previdência Social é talvez o maior componente de despesa corrente”.

Em relação à área da saúde, Levy informou que a despesa do governo central corresponde mais ou menos à metade da despesa pública com saúde, que gira em torno de 4,7% do PIB. ●